

3 — Terça-feira, 8 de março de 1988

Negociações para votar o mandato

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

A definição do mandato presidencial e do sistema de governo deve ocorrer na próxima quinta ou sexta-feira, segundo projeções otimistas dos constituintes. Faltam apenas trinta artigos para que se encerre a votação do Título III da nova Carta e se passe ao Título IV, que trata da organização dos poderes.

Porém, na Constituinte, se a contagem numérica dos artigos em votação é simples, a contagem temporal não o é: ela depende da negociação e em política negocia-se até o último instante.

Até agora, a concretização de acordos tem possibilitado a aceleração das votações, com uso do recurso da fusão de emendas. E com base na hipótese de manutenção desse ritmo que se prevêem para o final desta semana definições sobre quanto tempo de mandato restará ao presidente José Sarney, qual o tempo que terão seus sucessores e que regime de governo o País deverá ter — se presidencialista ou parlamentarista.

Os mais cautelosos apostam que o Título IV só entrará em discussão na segunda ou terça-feira da próxima semana. Essa segunda hipótese tem mais aceitação no plenário; pois desde o início das votações, as sessões de sexta-feira são encerradas mais cedo devido à falta de quórum.

Um acordo possibilitou ontem, por exemplo, a aprovação do monopólio da União sobre as telecomunicações e a inclusão como bens da União dos recursos minerais e do subsolo. Ca-

berá ainda à União a exploração de atividade nuclear, que somente será admitida no País para fins pacíficos e com autorização do Congresso Nacional.

O texto aprovado estabelece que a União pagará "royalties" aos estados e aos municípios pela exploração de recursos hídricos e minerais, como é o caso de água para geração de energia elétrica, petróleo e gás natural.

No capítulo que trata dos bens da União relacionaram-se as terras ocupadas pelos índios, em caráter permanente, alterando o texto anterior do grupo de parlamentares conservadores e, também, da Comissão de Sistematização, que falava em terras de "posse imemorial", ou seja, apenas aquelas reconhecidamente ocupadas pelos índios. Esses aspectos impõem dificuldades à exploração de minerais por particulares em terras indígenas.

Na área de telecomunicações, além de assegurar a possibilidade de prestação de serviços de transmissão de dados, por empresas privadas, estabelece que a censura em diversões públicas e na televisão terá apenas efeito indicativo.